COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL PREÇO AVULSO: 25$00 ANO V N.º 37 FEVEREIRO 1989

Violentos combates em Timor: uma "abertura" adiada

Desde que a imprensa indonésia propagandeou as pretensões do governador Carrascalão de abertura de Timor-Leste, em Junho do ano passado, assistiu-se a um autêntico "folhetim da Maria", que só não teve o desenlace que os seus promotores pretendiam porque as contradições no seio da classe dominante indonésia e a Resistência armada, cada uma à sua maneira, o impediram.

ABRIR OU NÃO ABRIR: AFINAL QUAL É A QUESTÃO?

Recordemos alguns dos episódios mais significativos, tal como foram noticiados pela imprensa da área:

* em entrevista a quatro jornalistas estrangeiros (da **AFP**, da **BBC**, do **The Asian Wall Street Journal** e da **Far Eastern Economic Review**), Carrascalão afirmou que o seu empenhamento na abertura de Timor-Leste **"não tinha apenas como base o problema dos monopólios"**, embora a existência destes implicasse que a população apenas recebesse metade daquilo que deveria receber. E citou o exemplo do café (cujo monopólio está nas mãos da PT Denok, uma empresa de que é proprietário o ministro da Defesa, gen. Murdani, e outros figurões das FFAA indonésias). O problema mais grave que estava na base da necessidade de abrir Timor-Leste era o do desemprego crescente entre os jovens que saíam das escolas. Esta questão, muito sensível, podia tornar-se explosiva se não fosse **"antecipada" (Kompas,** 23/8/88).

* ainda Carrascalão: "**Já não há motivos para manter Timor-Leste fechado (...). Não estamos a pedir nada de especial. Não queremos nada de especial. Só queremos ter uma vida normal. Normal no sentido de livre, independente (...). Sabia que a minha proposta para abrir Timor-Leste me traria dificuldades (...). Não acredito que esta proposta continue a ser rejeitada. Talvez seja adiada, por exemplo, por um ano**" (**Tempo,** 27/8/88).

* Ali Alatas aos jornalistas: **"Nunca fiz uma declaração dizendo que Timor-Leste seria em breve uma área aberta"**. Segundo o MNE indonésio, as necessidades de desenvolvimento do território não tornam oportuna a sua abertura, ao investimento ou a qualquer outro **(Jawa Pos,** 1/9/88).

* segundo fontes em Jacarta, teria sido estabelecido um acordo entre altos funcionários da administração indonésia — que incluiriam os ministros do Interior, dos Negócios Estrangeiros e da Defesa e Segurança — para acabar com o isolamento de Timor-Leste. A decisão final estava, porém, na mãos do presidente Suharto. O problema é que, embora o gov. Carrascalão diga que 99% do território vive em segurança, nas áreas da ponta leste como Baucau, Viqueque e Lospalos existem ainda problemas de segurança (**Tempo,** 3/9/88).

* o ministro do Interior Rudini, disse aos jornalistas que não havia motivo para o governo não declarar Timor-Leste uma área aberta. "**Não quero prometer nada, mas tenho esperança que a declaração de Timor-Leste como área aberta possa ser anunciada antes do Natal**", disse o ministro com um sorriso prometedor (**Kompas,** 17/9/88).

* segundo um despacho da **France Press** enviado de Jacarta, espera-se que Suharto aproveite a sua deslocação a Dili para anunciar a próxima abertura (a partir de 1 de Janeiro) de 8 dos 13 distritos de Timor-Leste. Permanecerão fechados: Manatuto, Baucau, Viqueque, Lospalos e Same, abrangendo 2/3 da população do território (**AFP,** 31/10/88).

* os adidos de Defesa das embaixadas da RFA e da Grã-

NESTE NÚMERO:

- **Violentos combates em Timor-Leste**
- **João Martins: um nome, um caso...**
- **Governo tem medo de Conferência Internacional**

Forças do exército indonésio em acção de Parique, em Março de 1987

-Bretanha na Indonésia, respectivamente Ten. Cor. Kwyas e Cor. Carter, de visita a Timor-Leste a convite das autoridades miitares daquele país, defenderam a abertura do território e a sua equiparação às restantes províncias indonésias. "**Estou confiante que o Presidente abrirá a provincia**", disse Kwyas, já que a situação de Timor-Leste era "**muitissimo segura**" (**Suara Timor Timur,** 3/11/88).

* interrogado pelos jornalistas, o ministro do Interior Rudini declarou-se optimista quando à possibilidade de Timor-Leste ser aberto antes do fim de ano, como presente de Natal. **"Apenas permanecem algumas questões de ordem administrativa",** disse (**Kompas,** 10/11/88)

* segundo o semanário **Tempo**, os protestos de Portugal já teriam, provavelmente, acabado se Timor-Leste já fosse uma área aberta. Entretanto, o chefe das FFAA indonésias, Gen. Try Sutrisno, afirmou que aquel território "**está aberto**" (**Tempo,** 12/11/88).

* James Morrison, do **The Australian**, e Clive Hyde, do **Northern Territory News**, jornalistas que acompanharam a visita a Timor-Leste do "chief minister" dos Territórios do Norte da Austrália, afirmaram-se impressionados com o clima de paz existente em Timor-Leste. Não eram visíveis quaisquer guardas, mesmo quando se deslocaram ao interior do distrito de Liquiça [junto à fronteira com o Timor indonésio: isto mostra que as autoridades coloniais aprenderam a lição com a visita da delegação constituida por quatro eurodeputados, em Agosto do ano passado, em que estes criticaram a "**excessiva**" presença de militares].

* a delegação do DPA [Conselho Consultivo Supremo, um órgão de consulta do presidente] que de 15 a 18 de Novembro visitou Timor-Leste, declarou que recomendará ao presidente Suharto a abertura do território em Dezembro. Um Decreto Presidencial será então promulgado. Carrascalão instruiu já todos os responsáveis de distrito para providenciarem à emissão de Bilhetes de Identidade (KTP) para que todos os residentes possam deslocar-se entre distritos e para fora da "**província**" (**Angkatan Bersenjata,** 23/11/88).

A REPRESÃO QUE NINGUÉM VÊ... OU QUER VER

Um pequeno obstáculo surgíu, contudo, nesta "marcha triunfal". Um despacho da **France Press**, datado de 13 de Dezembro e distribuído a partir de Jacarta, dava conta da prisão, nos dias que antecederam e que se seguiram à visita de Suharto, de mais de 3000 pessoas, acusadas de pertencerem a uma organização clandestina, a **Fundação St. António**.

Informações que, entretanto, começaram a chegar, se bem que de forma dispersa e fragmentada, foram permitindo definir alguns dos contornos desta organização até aí praticamente desconhecida. Tratar-se-ia de um movimento nacionalista, com uma forte presença de ex-elementos da Apodeti na sua direcção, nascida à sombra de um grande misticismo religioso e que teria já desencadeado várias acções anti-ocupação indonésia.

A Nota Pastoral do Administrador Apostólico de Dili, Mons. Belo, dirigida a todos os "**sacerdotes, religiosos, fieis e jovens da Diocese de Dili**" e datada de 5 de Dezembro de 1988, veio não só confirmar, parcialmente, estas informações como desmascarar a imagem de bem-estar que o poder em Jacarta, e todos os seus amigos, esforçadamente procuram transmitir. Diz a Nota:

"1. Durante o mês de Outubro e de Novembro de 1988, as forças da ordem fizeram algumas prisões de pessoas em Dili, Bacau, Lospalos, Viqueque, para interrogatórios.

"Diz-se que grande parte destes detidos ou são cabecilhas, ou membros, ou simpatizantes do 'Movimento Nacional' ou/e do 'Yayasan Santo António'. E que os membros, além da finalidade religiosa, tinham determinadas intenções políticas.

"2. No respeitante ao 'Yayasan Santo António', confessam alguns dos membros, sobretudo alunos do SLTP e SLTA, que a sua finalidade é sobretudo religiosa. Rezam o terço todas as noites, acendem as velas diante do oratório; rezam a N. Senhora e St. António; rezam em casa das pessoas doentes para obterem a cura, e como sinal de reconhecimento mútuo dos membros, trazem uma marca de cruz na mão. Dizem os próprios membros que é uma organização secreta, cuja finalidade principal é defender a religião católica e viver como bons cristãos.

(...)

"5. No respeitante ao 'Yayasan Santo António', podemos dizer que ele não nasceu dentro da Igreja, e que não foi fundado com o apoio do Bispo e dos Sacerdotes. Se há vozes que o Bispo e alguns padres estão atrás deste Yayasan [fundação, em bahasa indonésio], **essa vozes são tendenciosas e têm a finalidade de dividir a Igreja (...).**

"6. Prisões, interrogatórios e torturas: antes e depois da vinda do Presidente da República Indonésia, General Soeharto, muitas pessoas foram levadas para o interrogatório. Desses interrogatórios, algumas foram detidas, e outras além de detidas, foram esbofeteadas, espancadas e torturadas. Como princípio, quando uma pessoa é suposta criminosa, é chamada e interrogada segundo o direito. Porém já não é normal, quando o interrogatório é antecedido ou acompanhado de bofetadas, pontapés e pancadarias. Este meio, que se tornou normal em Timor, é um meio reprovável pelo direito civilizado e pela Moral cristã. Aqui manifestamos o nosso desacordo, porque se abusam dos direitos fundamentais da pessoa e da sua dignidade como homens e mulheres. Não concordamos com este sistema bárbaro e condenamos a propaganda mentirosa, segundo a qual, em Timor não existe o abuso dos direitos humanos."

Não é difícil imaginar a que pressões não estarão as autoridades indonésias a submeter Mons. Belo, desde a publicação desta Nota Pastoral, para lhe arrancarem um desmentido quanto à sua autenticidade, à semelhança, aliás, do que aconteceu com o documento do Conselho Presbiteral de 1 de Janeiro de 1985. Porque o que esta Nota, e os factos que lhe estão subjacentes, mostra é que aqueles que visitaram Timor-Leste em Novembro e Dezembro e sobre ele escreveram ou falaram, **NÃO VIRAM NADA!** Uns, por simpatia política para com o regime militar instalado em Jacarta; outros, por "rupiaó-dependência"; outros ainda, por incúria ou ingenuidade, fraquezas inadmissíveis num jornalista, num funcionário de embaixada ou num deputado. Qualquer destes grupos será sempre tentado a rotular as provas da sua cumplicidade ou cegueira de "dados viciados". Só que, hoje, sabemos, não só pela mão do Administrador Apostólico de Dili como pela voz daqueles que, tendo sido então presos conseguiram fugir para o exterior, que enquanto os srs. James Morrison e Clive Hyde se deslocavam pelo interior do distrito de Liquiça **"impressionados com o clima de paz existente em Timor-Leste"**, homens eram presos e torturados sem que eles ouvissem os seus gritos de dor ou de raiva.

VIOLENTOS COMBATES NA ZONA CENTRO E OCIDENTAL

Foram estes mesmos que conseguiram escapar da "**gaiola douradâ**" (Carrascalão dixit) que trouxeram os primeiros relatos de violentos combates entre o exército colonial e a guerrilha, que se tinham estendido da ponta leste para o centro e zona ocidental.

Em vésperas de fim de ano, a Resistência armada atacou os arredores de Dili, o que não acontecia desde o 10 de Junho de 1980. Dias depois, logo após ter soado o sinal da meia-noite, novo ataque na zona de Dili com a destruição de um paiol e um elevado número de baixas entre a tropa indonésia. O pânico foi tão grande entre a população javanesa que muitos fugiram para a praia.

No seguimento destes dois ataques, as FFAA indonésias lançaram uma grande ofensiva no sentido Norte-Sul e de Oeste para Leste, visando destruir as unidades de guerrilha responsáveis por eles. Segundo refugiados timorenses chegados há poucos dias, estariam a ser utilizados de novo,

massivamente, meios áeros para efectuar bombardeamentos com "napalm" e bombas incendiárias nas áreas supostamente de acantonamento da Resistência, nomeadamente junto à costa sul. O recurso a estes meios já tinha sido referenciado recentemente pelo grupo clandestino **Resistência Patriótica da Capital: "A situação de Bivaque, neste momento continua tensa. Nos dias 17, 18 e 23 de Setembro, os caças (3) voltaram a bombardear as áreas da Ponta Leste a sul de Viqueque, enquanto tropas de infantaria, 'nanggalas' e 'timsera' (formado obrigatoriamente pelos ex-guerrilheiros capturados) e os 'railakas', sob o comando do Julião, progridem muito lentamente, de faixa em faixa de Bivaque, convergindo, em anel, para a montanha de Matebian que se encontra em batida constante (...).".**

Entretanto, segundo informações divulgadas pelo GIF (Gabinete de Informação da Fretilin) em Lisboa, "**o batalhão militar indonésio 328, sob o comando do genro do presidente Suharto, Prabowo, que se encontrava a operar no monte Matebian (zona leste do território), encontra-se neste momento destacado em Laline (centro sul do território) onde 37 soldados foram mortos em combate com os guerrilheiros da Fretilin, no dia 24 de Janeiro deste ano. No mesmo dia, houve violentas confrontações entre os guerrilheiros da Fretilin e soldados indonésios na região de Ainaro, no centro do território. Deconhece-se o número de baixas de ambos os lados. Apenas se sabe que pelo menos 36 soldados indonésios, gravemente feridos, foram transportados para Jacarta por três helicópteros 'Puma', no dia 25 de Janeiro passado.**"

□

João Martins: um nome, um caso...

Em Agosto do ano transacto noticiámos aqui a morte de João Martins, um antigo dirigente da Apodeti, organização que no período de 74/75 pugnou pela integração de Timor-Leste na República da Indonésia. desempenhou cargos importantes na administração colonial portuguesa e indonésia, tendo nesta última sido chefe de secretaria do "parlamento provincial", onde chegou a ser deputado, chefe do departamento de educação e cultura e do departamento dos serviços sociais.

Chegou-nos agora de Dili uma carta, datada de Setembro do ano passado, que dá testemunho da personalidade de João Martins e que aqui publicamos, omitindo as partes que, de algum modo, poderiam permitir a identificação do seu autor.

"Pouco conheci o sr. João Martins que foi 3.º escriturário dos Serviços de Educação do Quadro Colonial Português e considerado, na altura, como um dos intelectuais Timorenses pois, com o outro saudoso, o ex-"bupati" de Dili, sr.º Mário Sanches, foram os primeiros Timorenses que cursaram o 3.º ciclo liceal. Pouco sabia mais que isso do sr. J. Martins. Vieram os partidos políticos. Ele foi então Secretário do partido Apodeti, como todos temos conhecimento disso.(...)

"Na altura do 'cessar-fogo', em 1983, soube que o sr. J. Martins foi utilizado pelos ocupantes para aliciar os guerrilheiros, com os ditos 'programas de desenvolvimento', a capitularem. Mas, a verdade é que em vez de o sr. Martins aliciar os guerrilheiros da R.A. [Resistência Armada], ele foi outra vez aliciado pelos homens da guerrilha. A partir daí, o sr. João Martins tornou-se um fogoso defensor dos direitos mais inalienáveis do Povo Maubere: o regresso de Portugal para continuar com a descolonização de Timor-Leste e Independência Nacional. Defendeu este princípio com unhas e dentes, o que lhe custou, em fins de 1986, alguns dias de prisão nas cadeias dos 'nanggalas' e uma semana de prisão domiciliária, despedimento de chefe dos Serviços de Assistência Social, em meados de 1987, para depois vir a morrer, por envenenamento, em 12 de Junho do ano que corre [1988].

"Conheci-o melhor, numa conversa que tive com ele, em 84 (...). Falámos, claro, da nossa luta, do nosso sofrimento, dos nossos desejos, dos nossos direitos e... da nossa independência, claro. Antes de nos despedirmos um do outro, ele assegurou-me que ia trabalhar mais activamente para a Unidade Nacional a fim de conseguir o nosso supremo objectivo político. Adiantando-se disse, abraçando-me: 'Traí a minha Pátria! Traí a minha mãe! Estou à espera que chegue AQUELE MOMENTO para eu me autocriticar perante o Povo Maubere!' E, dos seus olhos, vi cair algumas gotas de lágrimas!(...)

"Em meados de 87, encontrámo-nos (...). A nossa conversa, desta vez, teceu-se à roda da sua prisão, dos seus interrogatórios, da sua bravura perante os assassinos oficiais, no interrogatório, etc., etc. Quando o aconselhei a ter mais prudência, veio-me, pronta e firme, esta resposta que me pôs a admirar cada vez mais a sua pessoa: 'A gente morre uma só vez! E quero morrer em defesa desta terra e deste Povo! Quero morrer lutando, como lutou e morreu um saudoso Nicolau, ou um Sahé! Meu irmão, é este o meu Ideal agora! Vou ter mais ou menos inimigos! E criar mais amigos! Poucos apodetis (como um Armindo Mariano ou um Tito Baptista) não me gramam! Mas, como disse, meu irmão, é este o meu Ideal e por ele lutarei, até um dia ver os filhos de Timor-Leste viver numa terra livre! Prosseguindo, contou-me esta cena: 'Depois da prisão, o António Parada chamou-me traidor! Quando fui apresentar-me ao governador, eu disse-lhe: só falarei com o A. Parada na presença das CINCO QUINAS! Sr. governador, faz favor de transmitir isto ao seu subordinado! Falou-me em como o sr. governador, ou o comandante da polícia, mandou retirar o carro de Estado das suas mãos. Do seu desejo de vir a ser um simples taxista ou então dedicar-se aos jovens, ajudá-los a construir o seu Ideal, a ter mais responsabilidades nesta sociedade, etc.

"De facto, cumpriu os seus desejos: dedicou-se à juventude, na sua formação integral, no externato de S. José, em Balide, onde a morte veio-lhe ceifar a vida, repentinamente.(...)

"Em muitas outras ocasiões, o sr. João Martins, companheiro da luta clandestina, mostrou-se corajosamente, quer perante os ocupantes ou os bufos, um VERDADEIRO NACIONALISTA EXEMPLAR. Recordo-o dos momentos vividos juntos com os olhos embaciados de lágrimas!

Enfim! Partiu para a eternidade o sr. J. Martins. Quem lhe tirou a vida? O Juiz Supremo dar-nos-á a todos a devida JUSTIÇA. Morreu, cumprindo o seu Ideal Sublime. Morreu pela defesa da JUSTIÇA! Pela defesa de um direito fundamental de todo e qualquer Povo! AUTODETERMINAÇÃO E INDEPENDÊNCIA NACIONAL!

"Por isso, JOÃO MARTINS é... um nome, um caso, ligado a tantos outros 'contestatários', como um Mário Sanches ou um Manuel Miranda, que, por se oporem à política de opressão, de genocídio, dos criminosos ocupantes indonésios, morreu envenenado... um nome, um caso... para a História da GUERRA DE LIBERTAÇÃO DO POVO MAUBERE!"

□

Governo tem medo de Conferência Internacional?

O final do ano passado e o princípio deste ano têm sido marcados por uma crescente actividade em torno da questão de Timor-Leste, tanto no pano nacional como internacional.

PARA QUANDO A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE TIMOR-LESTE?

Bastante activos têm estado os orgãos de soberania portugueses. Assim, o MNE Deus Pinheiro, aquando da visita a Portugal, na segunda quinzena de Dezembro, do seu homólogo austríaco, Alois Mock, obteve desde a afirmação pública da condenação da política indonésia quanto a Timor-Leste. Esta tomada de posição é tanto mais importante quanto é sabido ser a Austria um importante fornecedor de material bélico à Indonésia, facto várias vezes referido pela sua imprensa e denunciado pelo **Ost-Timor Kommittee** de Viena.

O PR, por seu lado, interveio várias vezes sobrea questão: por altura da sua visita à Grécia (segunda semana de Dezembro), aquando da sessão solene comemorativa do 40.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 23 de Dezembro (no que foi unanimemente secundado pelos representantes de todos os partidos com assento parlamentar) e durante a cerimónia de cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático (tendo, então, sublinhado "**o apoio crescente que a justa causa de Timor-Leste vem merecendo por toda a parte, nomeadamente entre os nossos parceiros da Comunidade Europeia**").

Finalmente, a AR: foi divulgado em 14 de Janeiro o programa de actividades para 89 da Comissão Eventual para Timor-Leste. O extenso plano de trabalhos inclui a intenção de elaborar um relatório sobre a evolução recente do problema, um "livro negro" sobre as violações dos direitos humanos naquele território e um documentário para a televisão (todos eles com base, entre outras fontes, nos testemunhos de refugiados e nos movimentos nacionalistas), a promoção de um dia nacional de debate sobre o tema, a realização de contactos com o governo, PR, embaixadores estrangeiros, Parlamento Europeu e parlamentos nacionais de vários países europeus e a edição de um texto sobre a história, cultura e identidade do povo maubere.

A realização de uma conferência internacional sobre Timor-Leste, iniciativa de grande fôlego que contaria com a participação de um vasto leque de deputados estrangeiros e que tem já o apoio da organização **Parlamentarians for East Timor** (organização que agrupa parlamentares de três continentes, solidários com Timor-Leste) foi, mais uma vez e à semelhança do acontecido no ano passado, remetida para o discreto limbo das hipóteses. O tratamento dado à questão (dependente da realização de consultas ao governo e presidência **"para esclarecimento da oportunidade política"** da iniciativa) é vulgarmente atribuído por observadores ao melindre em que o governo se sentiria por apoiar uma realização que, servindo embora a causa de Timor, correria o risco de promover a oposição e a figura do PR (um dos patrocinadores) fugindo ao seu controlo político.

BEATE WEBER E OS RISCOS DAS VISITAS GUIADAS

Fora de portas, outros parlamentos também debatem o tema: é o caso do Parlamento Europeu, que em meados de Dezembro discutiu e aprovou em plenário uma proposta de resolução apresentada pelos deputados Barros de Moura, Aboim Inglês, Miranda da Silva, além de outros seis. No texto é criticada a Indonésia pelas milhares de prisões levadas a cabo em Timor-Leste aquando da visita do presidente Suharto a Dili e remetido o assunto para a Comissão no sentido de ser considerado no âmbito da cooperação política entre os MNE's dos 12 e da Asean.

Já em Janeiro foi divulgado em Estrasburgo o teor de uma carta aberta da eurodeputada alemã **Beate Weber,** que integrou o grupo de 4 parlamentares europeus que visitaram Timor-Leste em Agosto último e de onde resultou um relatório de teor pró-indonésio (ver **Informação Timor-Leste** n.º 33). Weber questiona as autoridades indonésias sobre a propalada — mas ainda não realizada — abertura do território e pergunta porque motivo não foi informada das citadas prisões (que estavam já em preparação); refere que tendo sido amplamente informada pelas autoridades de que a população aceitava por completo a integração, tais prisões, **"constituem uma clara contradicção entre o que me disseram e a realidade, um facto que eu lamentaria muito.".**

COLÓQUIOS NA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

Promovido pela **Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa** e com o apoio da CDPM, realizou-se no dia 18 de Janeiro, naquela Faculdade, um colóquio sobre Timor-Leste. Perante uma numerosa assistência, a mesa(composta por personalidades ligadas à questão) foi respondendo a um conjunto de perguntas colocadas pelos organizadores. De salientar que se tratou da primeira iniciativa do género realizada em Portugal que conseguiu reunir os principais intervenientes institucionais no processo: movimentos nacionalistas (representados por dirigentes da UDT — Moisés do Amaral — e da Fretilin — Ramos Horta), Igreja (D. Martinho Lopes), Governo (Dr. Quartim Santos), AR (Dias Loureiro) e Solidariedade (Luísa T. Pereira e Barbedo de Magalhães). Notada foi também a presença na sala do ex-governador Lemos Pires.

FRETILIN EM REUNIÃO CIMEIRA

Decorreu em Lisboa, entre os dias, 19 e 24 Janeiro, a 3.ª Reunião de Reverificação da Fretilin. Importante reunião plenária dos quadros dirigentes da Fretilin no exterior, decorreu três anos após a anterior (realizada em Maputo) e contou com a presença dos seus principais responsáveis, alguns dos quais se deslocaram propositadamente a Lisboa (casos de Ramos Horta, secretário para as relações internacionais, de Roque Rodrigues, representante em Luanda e Lisboa e de Mari Alkatiri, vice-chefe da DFSE).

No decurso da reunião foram analisados os recentes desenvolvimentos na frente interna (situação militar, acção da Igreja,contestação estudantil...) e externa (Convergência Nacionalista, acção diplomática, Solidariedade,...) tendo sido adoptado um **Plano Indicativo de Actividades**.

Na sequência da reunião, Abílio Araújo e Ramos Horta foram recebidos em audiência pelo presidente da AR Vítor Crespo, a quem entregaram duas mensagens de Xanana Gusmão, presidente do CRRN (Conselho Revolucinário de Resistência Nacional), orgão de direcção máximo na luta conta a dominação colonial indonésia, onde este exprime a sua posição face à eventualidade da visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste. No decruso da audiência, Vítor Crespo apresentou a visita como "condicional", declarando que a Comissão Eventual, que praticamente não tem reunido, tem estado muito ocupada na preparação da deslocação.

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77-2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel. 57 47 18/54 13 08 **Execução Gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 25$00 Assinatura anual 400$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094 Depósito Legal n.º 25.317